

AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Agenda para o
Desenvolvimento
Catarinense
2011 a 2014

Raimundo Colombo

- 1 • Introdução - a construção de uma Agenda para o Desenvolvimento Catarinense.**
- 2 • A situação atual do desenvolvimento.**
- 3 • Proposta básica para a Agenda de Governo.**
 - 3.1 • Características gerais do projeto político de Governo.**
 - 3.2 • Modelo de planejamento, gestão e descentralização.**
 - 3.3 • Modelo de arrecadação tributária para apoiar o desenvolvimento.**
 - 3.4 • Relações com recursos federais.**
 - 3.5 • Qualidade do serviço público e transparência de gestão.**
 - 3.6 • Ações prioritárias da Agenda.**
 - 3.7 • Apoio aos investimentos privados.**
 - 3.8 • Ações emergenciais.**
 - 3.9 • A gestão ambiental.**
- 4 • Demandas prioritárias ao Governo Federal.**
- 5 • Linhas de ação para o desenvolvimento setorial.**
- 6 • Prioridades locais para o desenvolvimento.**

1 • Introdução - a construção de uma Agenda para o Desenvolvimento Catarinense.

O documento **As Pessoas em Primeiro Lugar - Agenda para o Desenvolvimento Catarinense - 2011 a 2014** marca a proposta da aliança formada para o Governo Raimundo Colombo, com o objetivo de ampliar o poder de ação do Governo de Santa Catarina para a promoção de todo o potencial das vocações das pessoas e das regiões de nosso Estado.

Trata-se de um documento aberto, em construção, e será acrescido de propostas ao longo da campanha eleitoral de 2010. Sua primeira versão contém as linhas básicas da proposta de Governo, que vêm sendo discutidas em reuniões, seminários, palestras, entrevistas e publicações. Novas versões construídas com a colaboração coletiva, tanto da sociedade como dos Partidos aliados, serão apresentadas ao longo da campanha.

A Agenda de Governo deverá analisar cada grande tema de relevância para o desenvolvimento do Estado, de suas regiões, de seus municípios e de suas comunidades, sob três perspectivas, apresentadas na Figura 1, contemplando projetos estruturantes, estratégias para a burocracia e estratégias comunitárias.

Os Projetos Estruturantes visam eliminar gargalos setoriais/sociais que limitam o potencial de crescimento dos setores econômicos catarinenses, sobretudo, o produtivo. Isso se refere

principalmente a questões ligadas à infra-estrutura e à logística, dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento que equilibre os interesses econômicos com os sociais e ambientais.

As Estratégias para Administração visam modernizar a administração pública com ênfase na produtividade e sensibilização/capacitação dos servidores públicos para prestação de um serviço público de excelência. Sem o servidor público capacitado e motivado não pode haver uma política pública eficaz.

As Estratégias Comunitárias têm por objetivo construir pontes entre Estado, organizações civis e comunidades de forma a articular e organizar a produção parceira de serviços públicos. Transferir poder de decisão sobre a alocação dos recursos públicos para as comunidades e fortalecer sua relação com as políticas setoriais é uma forma de descentralização moderna e de construção do desenvolvimento territorial, aquele voltado para os interesses locais, com respeito às suas vocações e identidades.

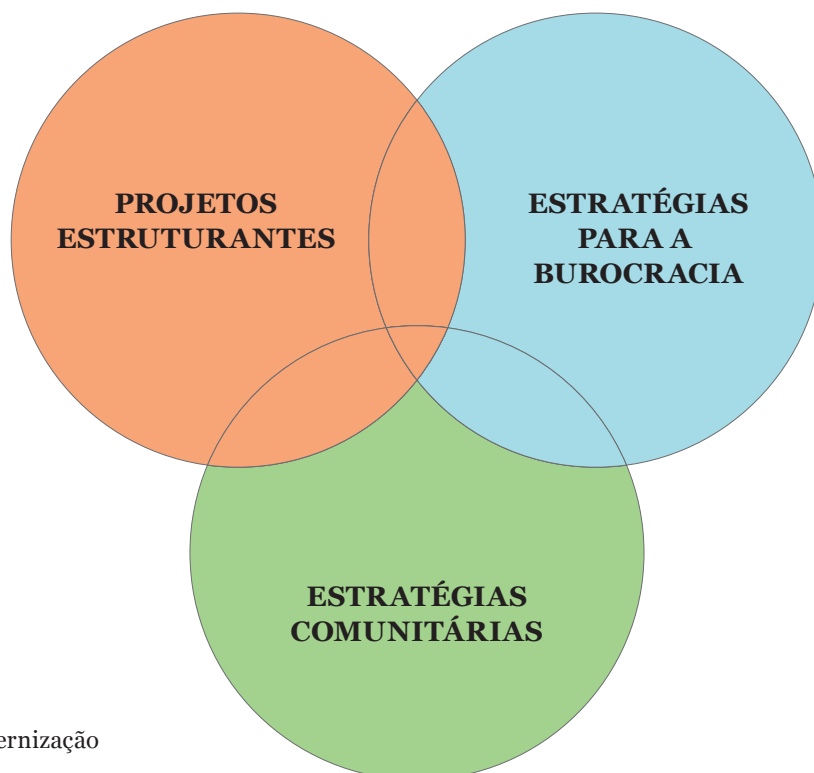


Figura 1
Bloco de Modernização
do Governo

Para dar amplo desenvolvimento da Agenda, demandas sociais serão mapeadas e transformar-se-ão em metas claras e objetivas. Cada meta será um futuro programa mais detalhado de nosso Governo. Cada programa terá um gestor responsável por articular as secretarias setoriais, a relação com o planejamento regional e a organização comunitária para alcançar os fins estipulados.

No setor público, a rotina da burocracia pode consumir os quatro anos de um Governo sem que nada seja feito além de alimentar as atividades “meio” da máquina administrativa. Um Governo diferente deve concentrar suas energias nas atividades-fim, deve se esforçar na construção de uma relação sadia com as pessoas, cumprindo o seu papel de garantidor dos direitos sociais e prestando serviços públicos de excelência.

Para isso, é necessário, desde o primeiro dia, ter claro aonde se quer chegar, ter o apoio dos servidores públicos e uma grande parceria com a sociedade. Isso se constrói com diálogo. Nossa “Agenda de Governo” é o primeiro passo nessa direção e a participação de cada um é fundamental. Essa participação na construção da Agenda pode se dar através:

- a)** do espaço no site para a coleta das demandas e casos de sucesso - <http://www.raimundocolombo.com.br/agenda-de-governo/> onde podem ser obtidas outras informações sobre a campanha;
- b)** de grupos de trabalho que serão formados ao longo da campanha;
- c)** de reuniões com o candidato;
- d)** de documentos encaminhados à Coordenação da Campanha ao Governo;
- e)** de documentos formatados pelos Partidos Políticos aliados.

2 • A situação atual do desenvolvimento catarinense.

Santa Catarina produziu um desenvolvimento que possui características muito distintas da maioria dos estados brasileiros. Sua formação está relacionada a dos pilares básicos: os pequenos empreendimentos (agrícolas, de serviço ou industriais) e o empreendedorismo.

Essas duas características foram completadas por um alto sentido comunitário que foi formado e perdurou por boa parte de sua história. O resultado foi a consolidação de uma grande massa de classe média, distribuída em municípios pequenos, com uma distribuição de renda social e regional que diferencia o estado dos demais componentes da União. Outro resultado importante foi a diversificação de sua economia, com uma grande interação entre os diferentes setores, criando pólos muito dinâmicos.

Ao longo do tempo, foram surgindo grandes empresas e cooperativas, estas últimas muito presentes no setor agrícola, tornando sua economia mais capaz de competir no cenário nacional e, principalmente, no mercado externo. Mais recentemente novas atividades econômicas transformaram o cenário catarinense, destacando-se a indústria da tecnologia da informação e o turismo.

Por outro lado, apesar dessas características diferenciadoras do desenvolvimento catarinense,

ainda se encontram presentes problemas como a presença de algumas regiões muito deprimidas economicamente e bolsões de pobreza junto às grandes cidades, com a formação das favelas. Surgiram também os problemas típicos dos centros maiores do país, como o crime organizado, o tráfico de drogas e a insegurança da população. Nos centros maiores, os problemas de mobilidade já se instalaram, particularmente na Grande Florianópolis. E as estradas ainda carecem de melhor qualidade para facilitar o deslocamento e seguem fazendo com que Santa Catarina seja o Estado brasileiro campeão no número de mortes nas estradas em relação ao tamanho de sua população.

Os novos desafios que marcam o mundo atualmente também são os principais desafios do Estado, destacando-se a necessidade de se produzir um equilíbrio entre os interesses socioeconômicos de sua população e a proteção de sua natureza, de forma a preservar todo esse vasto patrimônio natural, mas valorizar o patrimônio construído por sua gente.

O Estado de Santa Catarina responde atualmente por 4% de toda a riqueza nacional, apesar de contar com cerca de 3% da população do país e 1,1% de seu território (Figura 2).



Figura 2 • Santa Catarina possui uma população de 6.100.000 habitantes (IBGE – 2009) e representa 1,13% do território brasileiro, com 95.443 km²

A arrecadação total de tributos estaduais atinge atualmente a cifra de R\$ 13,4 bilhões, baseada numa economia muito diversificada entre agricultura (15% do PIB), indústria (48% do PIB) e serviços (37% do PIB), resultados de uma sociedade altamente empreendedora e de gestões públicas que contribuíram para dar apoio ao desenvolvimento estadual. Como demonstração da eficiência de sua economia, o setor agrícola, por exemplo, apesar de ocupar apenas 16% do território catarinense, coloca o Estado como oitavo maior produtor, em termos de valor da produção. Isso demonstra a alta eficiência de seus empreendimentos do setor, com alta tradição nos mercados locais, nacionais e internacionais.

O processo de desenvolvimento ocorrido ao longo de sua história produziu uma interessante ocupação

do solo do Estado. A Figura 3 mostra a atual cobertura do solo catarinense e reforça a forte proteção ambiental existente e a grande eficiência nas suas atividades econômicas, já que alcança elevados índices produtivos em áreas reduzidas.

Tudo isso permitiu que o Estado dobrasse o seu Produto Interno Bruto – PIB num período de 10 anos, alcançando o 4º maior PIB per capita e o 7º maior PIB em valor da produção, e alcançasse um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,84, o segundo maior do Brasil. O crescimento médio do PIB no período de 2003 a 2008 foi de 4,09%, apesar da profunda crise ocorrida no último ano, o que demonstra a solidez de sua economia.

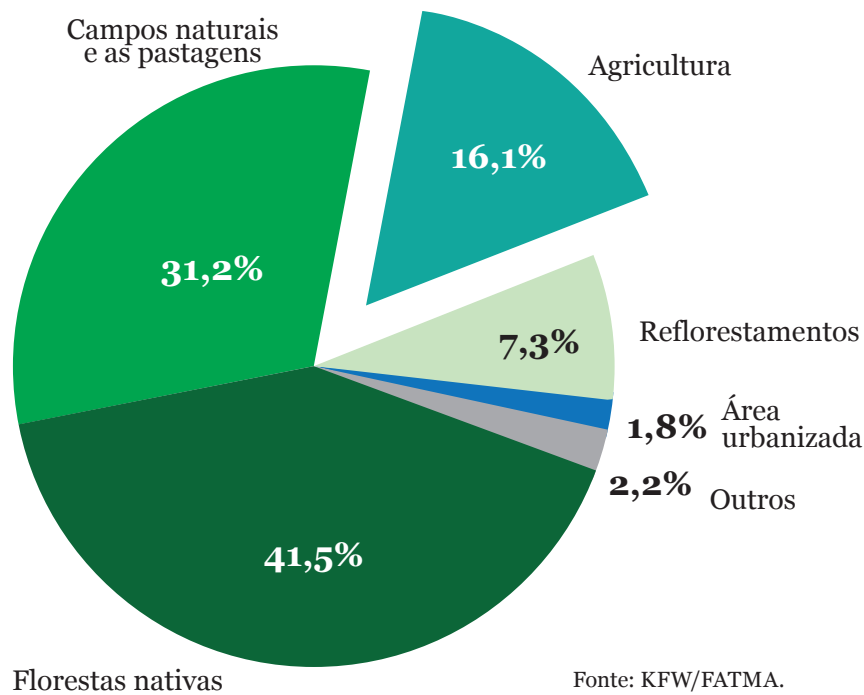


Figura 3 • Cobertura do solo em Santa Catarina

O Estado possui o menor índice de crianças pobres do Brasil (18,2%), a 3º menor taxa de analfabetismo, a menor taxa de desocupação (7,8%), o maior índice de crianças na escola entre 0 e 6 anos (51,8%), a 2º maior expectativa de vida (75,5 anos) e o 3º lugar em número relativo de empregados com carteira assinada (45,7%).

O seu processo de desenvolvimento, baseado inicialmente em pequenos empreendimentos (agricultura familiar e micro-empresas), além de ter permitido uma melhor distribuição social de renda – possui o menor Índice de Gini do país – 0,56 (quanto mais perto de zero, melhor a distribuição de renda), produziu sua melhor distribuição geográfica. Entre os Estados brasileiros possui a melhor desconcentração regional de renda, e entre os 100 municípios com maior IDH do país, 25% estão em Santa Catarina. E apenas um município atingiu a marca de 500 mil habitantes.

Apesar disso, 6 municípios concentram cerca de 30% da riqueza produzida no Estado. E outros indicadores

demonstram que há muitos problemas a serem resolvidos. Ainda existem, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 11% de pobres em Santa Catarina. Ao longo dos anos 1990 muitas favelas surgiram em torno das cidades-pólo, reproduzindo modelos de outras regiões do Brasil. Desse modo, integrar toda Santa Catarina ao processo de desenvolvimento é um dos maiores desafios da gestão político-administrativa do Estado. Nenhuma região e nenhum cidadão podem ficar de fora da qualidade de vida que os catarinenses têm alcançado.

Apesar das conquistas, nenhum catarinense pode aceitar a existência, ainda, de parte de seus cidadãos e de algumas regiões excluídos dos benefícios do desenvolvimento. No campo da gestão ambiental também residem lacunas importantes sobre as quais o novo Governo precisa trabalhar. São temas que impedem que o Estado avance no sentido de um desenvolvimento de alta qualidade. Por isso, Santa Catarina tem pressa.

3 • Proposta básica para a Agenda de Governo.

Nesse Capítulo da Agenda serão apresentadas as questões básicas para o Governo no período 2011-2014, considerando aspectos relativos a seu modelo de gestão e as ações prioritárias de alcance estadual, regional ou local. Como se trata de uma Agenda aberta, durante a campanha ela será enriquecida, principalmente quanto às ações prioritárias locais e regionais, seja numa perspectiva setorial ou territorial.

3.1 • Características gerais do projeto político de Governo.

O livro intitulado “O Povo tem Rosto, Nome e Endereço” apresenta as características principais do perfil de ser humano e político do candidato Raimundo Colombo. Na essência, o livro transmite a idéia de que o governante, e os servidores públicos de modo geral, não podem olhar as pessoas como estatísticas ou objeto de ações de governo. Em realidade, cada cidadão e cada comunidade devem ser tratados com dignidade e respeito, e devem ser os próprios protagonistas das decisões sobre os rumos do desenvolvimento da região onde estão inseridos. Devem ser tratados individualmente quando precisam do serviço público, atendidos com eficiência e qualidade.

Desse modo, as principais características políticas do projeto de governo são:

1 • direcionar o foco nas comunidades e nas pessoas, buscando fortalecer o

processo de descentralização iniciado no ano de 2003, através de decisões de alocação de recursos de aplicação local para as comunidades, e criando um novo modo de relacionamento entre o serviço público, humanitário e individualizado, um serviço público cidadão. Todo esforço de negociação será feito para transformar essa proposta em política de Estado e não somente de Governo;

2 • criar um sistema de metas para cada setor de governo, acompanhado por um sistema de avaliação transparente, onde as metas serão definidas por critérios sociais, econômicos, ambientais e políticos, e a avaliação objetiva e utilizada como instrumento de gestão.

Assim, o modelo de gestão político-administrativa a ser implantado conta com o componente de humanização da relação entre o Estado e o indivíduo/comunidade, e de eficiência da ação pública. Participação social, tratamento humano pelo serviço público e eficiência de gestão deverão caminhar lado a lado, para que possamos construir uma relação sociedade – estado baseada em confiança, compromisso e respeito.

3.2 • Modelo de planejamento, gestão e descentralização.

No próximo Governo, o Estado vai fortalecer sua capacidade de planejamento, como instrumento

de organização do seu desenvolvimento. Dessa forma, o Poder Público irá exercer seu papel fundamental de orientação e regulamentação, a fim de garantir a melhor aplicação de recursos públicos e privados, tanto do ponto vista econômico, como social, ambiental e cultural.

Os programas prioritários, que muitas vezes transcendem a ações individuais de cada setor, terão gestores que serão responsáveis por articular as diversas instâncias de governo, e por apresentar os resultados alcançados a partir das

metas previamente definidas. Esses programas farão parte do macroprograma As Pessoas em Primeiro Lugar, e terão acompanhamento especial.

O Gestor de cada Programa será designado pelo Governador do Estado, podendo ser ocupante de diversos níveis dos cargos comissionados, dependendo do caso, com a coordenação-geral do Macroprograma realizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão. Sua estrutura de gestão está apresentada na Figura 4.

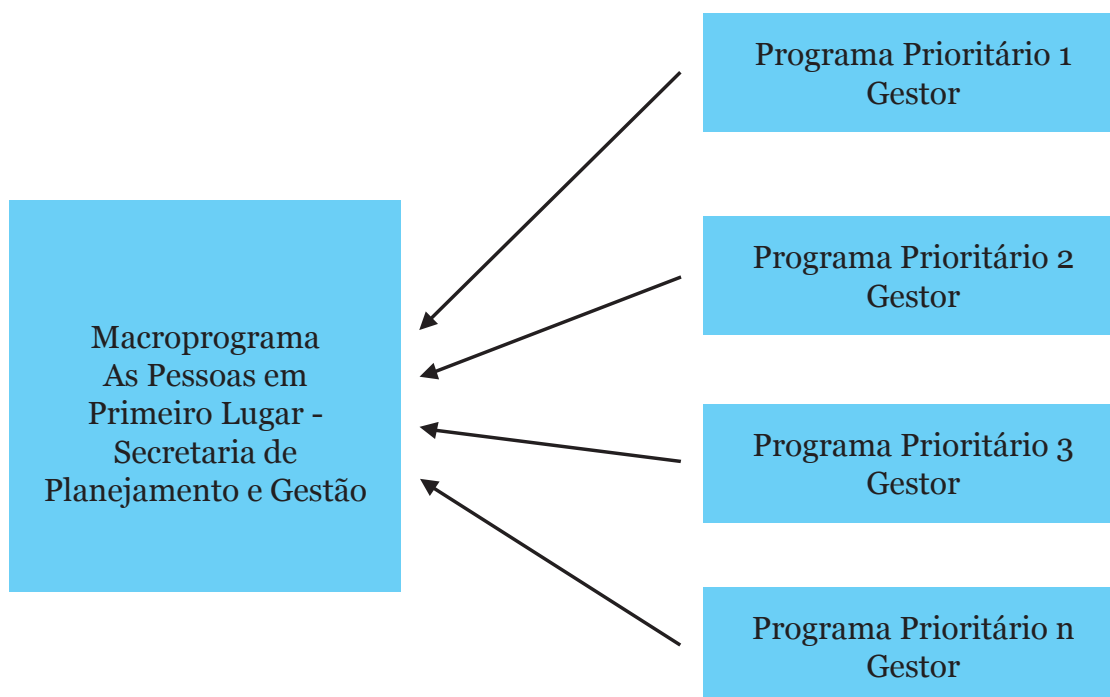


Figura 4 • Esquema de coordenação dos programas prioritários do Macroprograma As Pessoas em Primeiro Lugar.

Para que o desenvolvimento do Estado possa ocorrer de forma mais equilibrada, instrumentos como o Gerenciamento Costeiro e a Análise Ambiental Estratégica serão utilizados como forma de estabelecer os parâmetros regionais de desenvolvimento. Esses instrumentos associados aos Planos Diretores Municipais darão uma orientação para o desenvolvimento que tem faltado em Santa Catarina. Com isso, impactos ambientais indesejados e o crescimento econômico sem a infra-estrutura de apoio serão reduzidos drasticamente. Desse modo, preserva-se a vocação regional, reduzem-se os impactos ambientais e estabelece segurança e transparência para os investimentos públicos e, principalmente, para os privados.

Para implementar o crescimento econômico, com geração de emprego de qualidade, os investimentos – tanto estaduais como federais – estarão centrados nas questões de escoamento da produção e acesso a matérias-primas, o que se faz modernizando o sistema de transporte, incluindo estradas, portos e aeroportos. O Plano de Logística Estratégica marcará a ênfase dos investimentos nesse setor, que atingirá, também o setor de turismo.

Outros elementos importantes de planejamento setoriais serão o Plano de Gestão dos Recursos Hídricos e os

Planos de Gestão do Saneamento. No primeiro caso estão contemplados elementos que garantam a melhor gestão dos recursos para o enfrentamento dos períodos de estiagem e a proteção de lagos, rios, riachos, lagoas, reservatórios. Outros pontos de destaques são os Planos de Bacias Hidrográficas para que se possa melhor definir a gestão do conflito de interesses para o uso das águas (que, muitas vezes, colocam em contraposição a agricultura, o abastecimento doméstico e industrial, a produção de energia elétrica, a belezas cênicas, as atividades esportivas e turísticas).

Os Planos de Saneamento terão caráter regionalizados, com o objetivo de implementar ações conjuntas, que transcendem ao planejamento municipal, já que somente dessa forma poderá ser revertida a grave situação do saneamento catarinense. O saneamento deve ser pensado de forma integrada entre os municípios que convivem num mesmo território, cujos efeitos de ações em um impactam diretamente nos outros.

Setorialmente, as ações de Governo serão definidas através de metas para as diferentes áreas e monitoradas por sistema de avaliação que permitam ajustes rápidos na condução da gestão das políticas setoriais. Ou seja, a criação de mecanismos de retorno de informação ágeis, sob controle da Secretaria Estado de Planejamento e

Gestão, que subsidiem o Governador a respeito do efetivo alcance das metas. Com o mesmo sentido de monitoramento e gestão, serão implantados sistemas que auxiliem no acompanhamento da qualidade do serviço público oferecido às pessoas, para que ele se torne cada vez mais humano, pessoal, solidário e cidadão. Sem esses instrumentos com metas objetivas e aferição de resultados torna-se impossível avançar para um serviço público de excelência.

Dentro do processo de modernização da gestão pública, a descentralização promovida em Santa Catarina se tornou emblemática para o País, num momento em que em todo o mundo esse processo toma formatos mais variáveis, cada um espelhando a sua realidade e a sua cultura. Caberá ao novo Governo fortalecer o sistema implantado, que proporcionou importantes avanços para a superação do jogo de interesses Partidário e aproximou a gestão do Estado em direção à população. Para aperfeiçoar o processo, que é inovador no Brasil, serão implementados alguns importantes ajustes, cujo foco será a aproximação com as comunidades, o fortalecimento do planejamento descentralizado, e a execução de parte das ações pelos municípios ou consórcios de municípios.

Os ajustes a serem implementados consolidarão o modelo catarinense de descentralização, colocando o Estado na

vanguarda desseOs avanços mundiais na gestão do desenvolvimento. Será importante para a democratização das instituições, um passo ainda em construção no Brasil. Temos um avançado processo de democracia eleitoral. Cabe agora estender a democracia para o coração de nossas instituições, de forma a que todos possam ter acesso aos serviços públicos de forma igualitária. Santa Catarina tem pressa para construir um modelo de democracia no Brasil.

O primeiro se refere ao papel dos setores de governo em relação à execução e ao planejamento. A estrutura descentralizada será fortalecida em seu papel de planejamento do desenvolvimento territorial e aumento da participação social. Ela será responsável por coordenar a construção e atualização dos Planos Territoriais, com todos seus componentes setoriais, apoiados na participação da sociedade local. Toda ação de estruturação de impacto regional terá que estar contida no Plano Regional de Desenvolvimento, integrando os esforços de desconcentração do desenvolvimento.

Por outro lado, haverá maior descentralização orçamentária para decisão local sobre a aplicação dos recursos a partir das políticas estaduais setoriais. Uma parcela do orçamento crescerá ano a ano para ter sua aplicação priorizada pela decisão local. Essa decisão poderá se concentrar em

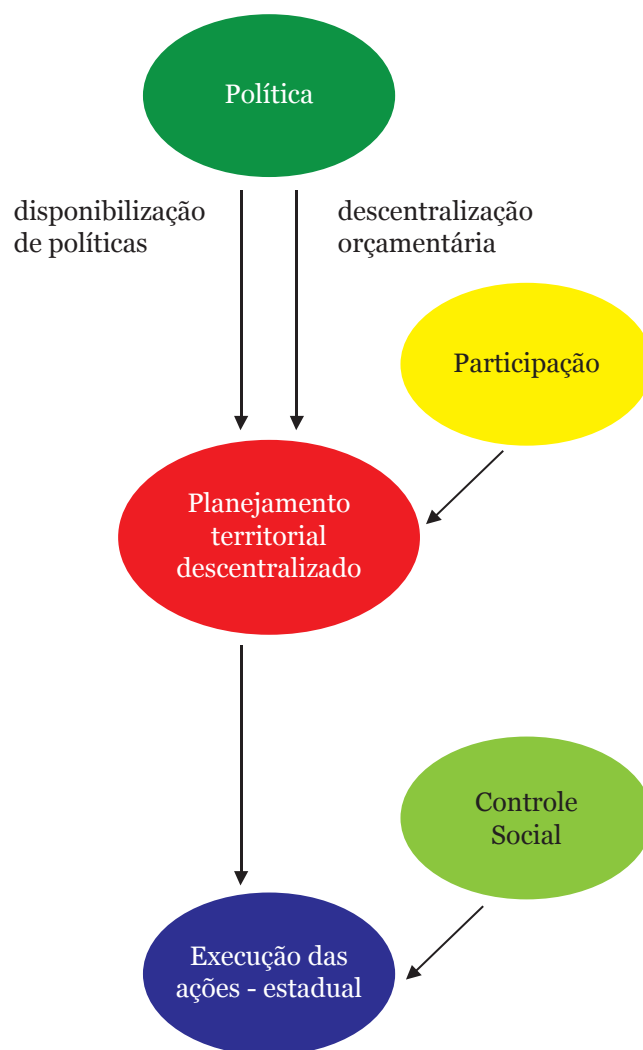
grupos técnicos, quando for um tema que exige especialização, mas também deverá ter a participação da opinião pública de modo geral, sempre que for relevante para a sociedade local. Isso significa, que o planejamento territorial terá efetividade através da descentralização orçamentária e prioridade de ação local.

A execução das ações será feita pelo Estado ou diretamente pelos municípios, ou consórcio de municípios, sempre que isso significar maior agilidade e proximidade com a participação e controle pelas comunidades. Os municípios ganham, com isso, grande poder de articulação e execução de políticas públicas, fortalecendo ainda mais a aproximação entre Poder Público e Sociedade. O modelo de participação social será aperfeiçoado, com o objetivo de ampliar a participação dos diferentes segmentos sociais relacionados ao tema em discussão.

Por outro lado, temas que tenham caráter basicamente técnico, antes de serem submetidos a uma avaliação política por gestores públicos e a sociedade de modo geral, terão que ser referendados por especialistas locais. Desse modo, a possibilidade de erros técnicos diminui e a decisão local se fortalece.

O Esquema 1 sintetiza o modelo de descentralização que será adotado.

Esquema 1 • modelo de descentralização



Portanto, uma intensa parceria com os municípios e consórcios de municípios se dará para a implementação das ações planejadas. Nos campos setoriais, isso se dará com maior ênfase no enfrentamento dos problemas da saúde e de segurança pública.

3.3 • Modelo de arrecadação tributária para apoiar o desenvolvimento.

Por um lado, o Estado precisa arrecadar para cumprir suas funções fundamentais no apoio ao desenvolvimento sustentável, nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento, meio ambiente, previdência social, infra-estrutura de transporte e comunicação, principalmente. Algumas dessas funções podem, e devem ser executadas em parceria com o setor privado. Por outro lado, o aumento da arrecadação implica num menor poder de investimentos pelo setor privado e de consumo pela população de modo geral, reduzindo sua capacidade de crescimento econômico. O ajuste entre um lado e outro é sempre um desafio para os governos. Descontrolar os gastos públicos, além de colocar em risco toda a economia, pode exigir também um sacrifício das empresas e do cidadão, reduzindo a dinâmica socioeconômica da sociedade. Mas o Estado precisa investir em setores fundamentais e com muita eficiência.

No caso brasileiro, e Santa Catarina não poderia ser diferente, o sistema de impostos – que paga a ação dos governos – incide mais fortemente sobre os assalariados e os pequenos e médios empresários. As camadas mais empobrecidas da sociedade carregam uma carga tributária absolutamente injusta, já que consomem produtos

de absoluta primeira necessidade para a sobrevivência das famílias, e que carregam uma carga tributária muito grande. Segundo o SINDIFISCO (Santa Catarina), o IPEA demonstrou que os 10% mais ricos do país pagam 23% em tributos do que recebem de renda, e os 10% mais pobres pagam cerca de 33% de impostos em relação ao que recebem. Além disso, afirmam que na faixa de renda até dois salários mínimos, a carga tributária atingiu 54% da renda.

Para o SINDIFISCO isto se deve ao fato de que as camadas mais pobres têm grande incidência dos impostos indiretos, como o ICMS estadual que recai sobre o consumo e não sobre a renda, e que representa 42% da carga nacional. Essa situação é uma das grandes causas dessa distorção absurda da incidência da carga tributária sobre as diferentes classes sociais, já que as camadas mais pobres tendem a utilizar toda a sua renda no consumo.

Para conseguir implantar políticas de governo, que demandam recursos, e buscar a construção de um sistema tributário mais equilibrado e justo, ainda que as mudanças mais expressivas vão requerer uma reforma tributária no âmbito do Congresso Nacional, há a necessidade de uma reforma modernizadora do modelo tributário, baseada na independência técnica e administrativa da estrutura tributária catarinense, como propõe o SINDIFISCO. Aumentar a eficiência da arrecadação para poder gerar os

recursos necessários à ação do Poder Público é base dessa reestruturação, buscando recuperar os valores sonegados. Isso permitirá o passo seguinte que será tornar a carga tributária mais justa, sem comprometer a arrecadação. Essa estrutura moderna estará presente na gestão da arrecadação tributária no novo Governo.

Alguns exemplos de ação no novo modelo arrecadatório podem ser sintetizados em: (i) implementação do sistema criado pelo Governador José Serra em São Paulo, que incentiva o consumidor na solicitação da nota fiscal e beneficia as entidades de cunho social e assistencial, aumentando a arrecadação num processo de cidadania tributária; (ii) redução gradual e programada da carga tributária, em especial naquilo que compõe a tributação para as classes C, D e E, para tornar os tributos catarinenses mais justos socialmente; (iii) dilatação dos prazos de recolhimento dos tributos, facilitando as empresas no que se refere à disponibilidade de recursos para o capital de giro; (iv) análise mais criteriosa de benefícios fiscais e anistias, muitas vezes favorecendo maus contribuintes ou projetos em vantagens para a sociedade catarinense; (v) modernização do sistema informatizado de arrecadação, reduzindo o custo da máquina operacional. Tudo isso, evidentemente, precisa ocorrer ao mesmo tempo em que se fortalece e valoriza a carreira e a ação do agente fiscal.

Essa proposta de gestão tributária ajudará, portanto, a garantir uma arrecadação capaz de dar ao Poder Público capacidade de intervenção sobre os problemas da sociedade catarinense, ao mesmo tempo em que reduz – ou acaba – com a sonegação fiscal e produz um sistema tributário mais justo para as populações mais pobres. O aumento de sua renda líquida, pela redução de pagamentos de impostos, proporcionará sua melhor entrada no mercado de consumo, dinamizando importantes setores de nossa economia.

A proposta se resume, portanto, numa cidadania tributária (educativa), uma gestão moderna e de forte combate à sonegação, prazos de recolhimento compatíveis com a necessidade de capital de giro (desonerando empresas que não necessitarão recorrer a empréstimos para atender essa necessidade) e justiça social tributária.

3.4 • Relação com recursos federais.

A capacidade de ação do Estado para resolver seus próprios problemas é diminuída por fatores relacionados à estrutura de arrecadação tributária. A arrecadação de tributos estaduais corresponde a cerca de 0,7% do que arrecada a União, o que demonstra o modelo altamente concentrador de arrecadação em favor do Governo Federal, e em detrimento dos Governos Estaduais. Esse quadro se torna mais grave quando se observa que Santa Catarina é o 7º Estado com maior

arrecadação para o orçamento da União e, no entanto, é apenas o 16º na lista dos que mais recebem recursos federais. Arrecada muito e recebe pouco.

A concentração da arrecadação tributária nos cofres da União, com cerca de 2/3 de toda arrecadação tributária brasileira, associada ao tratamento desigual na transferência de recursos para o Estado de Santa Catarina, cria uma situação inaceitável para o povo catarinense. A discriminação por que passa o Estado é evidente, ficando claro que grande parte do que arrecada não é reinvestida para a melhoria de qualidade de vida de sua população. O povo catarinense e seus Governos não têm poder de decisão sobre a maior parte dos recursos arrecadados no Estado, porque são controlados pela União, inviabilizando e retardando muitos dos seus projetos.

Essa situação torna Santa Catarina altamente dependente de recursos federais para ações importantes nas áreas econômicas, sociais, culturais e ambientais. Sua produção de riqueza e, conseqüentemente, de tributos, no entanto, permitiriam que solucionasse grande parte de seus problemas, se no Estado permanecessem, pelo menos numa proporção mais justa que a atual. É preciso sempre destacar que seu grande desenvolvimento dos últimos anos não significa que seus problemas sociais, econômicos e ecológicos estejam resolvidos, encontrando-se ainda graves deficiências de infra-estrutura, uma

oferta de serviços públicos aquém da demanda da população, e bolsões de pobreza inaceitáveis.

Os dados demonstram que no período de 2008 e 2009, o Governo Federal atendeu a um único Estado com 65% das verbas destinadas ações de emergência (que requerem ações diretas da Defesa Civil), enquanto Santa Catarina recebeu apenas 0,4% das verbas federais disponibilizadas para ações emergenciais no Brasil em 2008, ano de um dos episódios mais graves da história de desastres no Estado. Nova demonstração inequívoca de tratamento diferenciado em detrimento dos enormes prejuízos ocorridos para a população catarinense.

No campo da saúde, o mais grave problema social catarinense, as principais ações federais têm um desempenho muito limitado, na sua maioria sem avanços necessários. Em alguns projetos como Agentes Comunitários de Saúde (ACS) há estimativa, para 2010, de que o índice de cobertura populacional permaneça inalterado, em comparação com 2009 (78,83% contra 78,65% de 2010) – ou seja, não houve evolução na cobertura do programa ACS em Santa Catarina. No projeto Brasil Sorridente estima-se, também em 2010, queda no índice de cobertura populacional, em comparação com o ano de 2009 (58% contra 57,9% de 2010) – ou seja, houve retração do programa de 0,17%;

Nas ações federais voltadas às famílias observa-se que não há previsão de novos investimentos para 2010, no projeto Núcleo de Apoio à Saúde da Família, permanecendo, portanto, com apenas 23 núcleos para todo o Estado de Santa Catarina. No projeto Saúde da Família a estimativa para 2010 é de queda no índice de cobertura populacional, em comparação com o ano de 2009 (69,04% contra 68,68% de 2010) – ou seja, houve retração do programa de 0,52%.

Apenas 4,4% dos municípios catarinenses receberão, neste ano, Gestão Plena do Sistema de Saúde, ou seja, pouco menos de 5% terão repasses Governo Federal e gestão autônoma do sistema de saúde. Na área de equipamentos, existem no Estado 37 equipamentos de diagnóstico por imagem, cedido pelo Governo Federal. Ou seja, há apenas 0,12 equipamento por município. No total, há 1.489 equipamentos desta especialidade no Estado, sendo que, do total, o Governo Federal responde por apenas 2,48%;. E em termos de leitos, há apenas 68 leitos cirúrgicos cedidos pelo Governo Federal (SUS), no Estado de Santa Catarina. Ou seja, há apenas 0,23 leito por município. No total, há 3730 leitos cirúrgicos no Estado, sendo que do total o Governo Federal responde por, apenas, 1,82%.

Na área de Segurança Pública, o Estado de Santa Catarina possui população carcerária de 14.084 presos. O sistema prisional do Estado comporta, hoje,

7.100 vagas. Ou seja, há déficit instalado de 6.984 vagas (capacidade instalada com utilização de 198,37%). Há, ainda, 19.330 pessoas que deveriam estar presas e que contribuiriam para o aumento significativo do déficit apresentado. Caso cumpridos todos os mandados de prisão pendentes o déficit penitenciário subiria de 6.984 vagas para 26.314 (aumento de 276,78%).

Outra demonstração do descaso do Governo Federal com Santa Catarina pode ser observada no Orçamento da União de 2010. Apenas 7% dos recursos necessários para os investimentos anunciados para o Estado estão previstos no Orçamento. Acrescente-se a isso, o grande atraso na maioria das obras federais em andamento em Santa Catarina, onde, simbolicamente, está a duplicação da BR-101 no trecho sul, por falta de aplicação de recursos. Em outros casos, como na dragagem do Porto de Itajaí, além da ausência dos recursos, ocorreu uma grande incompetência de gestão na solução dessa crise que abate a economia catarinense.

Dessa forma, enquanto o país não produz uma importante reforma tributária que permita que o setor econômico atue de forma mais dinâmica, impulsionando o crescimento, e que os Estados e Municípios tenham maior autonomia de gestão, o Estado de Santa Catarina requer um apoio que reduza a desigualdade de tratamento por parte

da União. Seu desenvolvimento equilibrado começa a ser ameaçado pela falta de definição política em favor de Santa Catarina para um tratamento nada mais do que igualitário em relação aos outros Estados. A demanda é por tratamento de respeito e igualdade, para que o Estado possa continuar avançando em seu desenvolvimento em todos os setores e em todas as suas regiões. Para isso, propomos, desde o primeiro momento e sem qualquer pedido político que não seja o da não discriminação, um apoio à candidatura de José Serra, para logarmos alcançar um novo cenário de relação Estado – União. Com isso, teremos mais facilidade para integrar toda Santa Catarina ao desenvolvimento.

Nesse contexto, o Governo do Estado além de alocar seus recursos de forma a priorizar a integração de todo o Estado ao desenvolvimento, precisa estabelecer uma agenda de negociação com o Governo Federal e o Congresso Nacional capaz de dar respostas adequadas às necessidades prioritárias e fundamentais que o estado necessita e para as quais não possui recursos sem apoio da União. Para isso, será necessária a definição de uma Agenda com o Governo Federal em torno das prioridades do Estado. Esta Agenda também será negociada com os parlamentares federais catarinenses – Senadores e Deputados Federais – para a sua efetiva participação e para a canalização dos esforços na elaboração

do orçamento da União, contemplando os reais interesses do Estado. De forma articulada e com a construção de uma nova relação de respeito entre a União e Santa Catarina, será possível recuperar o tempo perdido em relação a investimentos federais no Estado e dar um fim à discriminação que têm resultado em graves problemas para os catarinenses.

3.5 • Região metropolitana.

No mesmo sentido dos esforços de planejamento territorial que serão realizados, a visão de região metropolitana precisa ser resgatada. Isso particularmente se aplica à Grande Florianópolis, envolvendo municípios como Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, que juntos levam a população para uma aglomeração maior do que 800 mil pessoas. A esses municípios, mais dois podem ser integrados, porque sua vida diária acaba sendo influenciada diretamente pelo primeiro conjunto, que são Antonio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz. Neste último, inclusive, se concentram os mananciais de água que abastecem a maior parte da população da Grande Florianópolis.

Suas interligações geográfica, social e econômica fazem com que parte de seus problemas tenha que ser tratados de forma conjunta. Exemplos desses problemas estão muito facilmente percebidos na mobilidade e no transporte público. Mas em áreas como

saúde, segurança pública, saneamento básico e abastecimento de água, por exemplo, a integração também é decisiva para que se alcance um nível adequado de bem-estar da população e do meio ambiente. Esses temas serão totalmente tratados ao nível da gestão da Região Metropolitana, sempre fortalecendo a execução através dos municípios, quando for a forma mais adequada de aplicação e controle dos recursos.

Muitos dos investimentos necessários precisam, portanto, ser definidos e implementados com uma articulação intensa, que vá mais além do planejamento territorial proposto para o processo de descentralização. Será necessária a gestão da Região Metropolitana, com um diálogo direto com as Prefeituras e a população local, a fim de que seja realizado um esforço coletivo para os principais problemas que afetam as populações desse conjunto de municípios. As ações do Governo do Estado serão discutidas e negociadas, portanto, através da gestão da Região Metropolitana. Nisso inclui-se as negociações por recursos federais com sentido de melhorar a infra-estrutura do conjunto de municípios.

Temas prioritários a serem tratados pela gestão da Região Metropolitana:

a) escoamento do trânsito entre Florianópolis e a BR-101;

b) integração, inovação e valorização do transporte público;

c) projeto de saneamento básico para a preservação da vida nas baías sul e norte da Ilha de Santa Catarina;

d) preservação das fontes de abastecimento de água e da vida dos rios, riachos, córregos e lagoas;

e) fortalecimento do sistema hospitalar;

f) ação preventiva integrada no combate ao crime organizado e à marginalidade.

3.6 • Qualidade do serviço público e transparência de gestão.

O Estado precisa oferecer um serviço público eficiente e de qualidade. Para isso, são necessárias algumas definições políticas básicas, que serão um marco da Agenda de Governo. A principal se refere à qualificação do servidor público. Sua capacidade de ação deve estar à altura das demandas da população e seu comportamento direto com o cidadão no nível das tradições de solidariedade comunitária que marcaram historicamente a construção de nossa sociedade. Para isso, a capacitação contínua será um elemento fundamental, inclusive nos planos de carreira do funcionalismo público. Em contra-partida a meritocracia será um estimulador para o melhor desempenho de cada servidor público estadual, através de modernos processos de avaliação de desempenho funcional e institucional.

Um segundo ponto importante se refere

à transparência de gestão. Os instrumentos para a sua plena utilização já existem, e estão calcados na intensa utilização da tecnologia da informação. Também a legislação necessária está disponível e poderá ser aperfeiçoada, se necessário. Essa transparência será marcada por duas características essenciais: (i) a primeira se refere a disponibilidade dos dados de gestão dos recursos orçamentários e financeiros, de programas, projetos e licitações, que poderão ser acompanhados em tempo real por qualquer cidadão; e (ii) a segunda terá como base a resposta a todos os questionamentos realizados pelos órgãos de fiscalização das ações do Poder Executivo, com destaque para as provenientes da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Justiça.

Outro ponto importante é o fortalecimento do Sistema do Controle Interno, aprimorando a transparência e otimização da aplicação dos recursos públicos, promovendo a melhoria contínua das atividades do Estado, identificando e estancando gargalos, combatendo a ineficiência nos processos e, por conseguinte, promovendo a maximização da atividade estatal em prol do cidadão catarinense. Este Sistema auxilia tanto a garantir a transparente e adequada aplicação dos recursos, como a estabelecer um processo preventivo e de orientação aos diversos setores de Governo, quanto ao cumprimento da legislação e das

normas em vigor, reduzindo problemas por desinformação.

O sistema de Ouvidoria criado pelo atual Governo será mantido por se constituir numa grande conquista da sociedade catarinense para acesso a questionamentos sobre a ação do Poder Público e a atuação cidadã no sentido de contribuir para a melhor gestão do Estado e aplicação da legislação.

3.7 • Prioridades setoriais da Agenda.

A Agenda de Governo que estamos apresentando contém o conjunto de diretrizes que orientarão toda a ação de governo, mas apresenta também as principais prioridades de ações para atingir os objetivos a que estamos nos propondo. Nesse sentido, essas prioridades podem ser divididas entre: (i) prioridades de ações do Governo para todo o Estado; (ii) prioridades junto ao Governo Federal; (iii) prioridades regionais.

A parceria Governo Estadual-Governos Municipais será fundamental para a implementação da Agenda e base de toda a articulação política do Governo, com apoio da Assembléia Legislativa, para a produção do avanço necessário. **O Mais Prefeito dos Governadores** será um lema a ser incansavelmente perseguido pelo Governo.

As prioridades de abrangência estadual onde, ainda que haja recursos federais,

são de responsabilidade do Governo Estadual são a saúde e a segurança. Esses dois temas precisam ser enfrentados com toda a energia do Governo, cuja estratégia geral se apresenta a seguir:

a) Saúde.

Santa Catarina possui uma boa base de centros e postos de saúde, que podem fazer uma excelente atenção primária à saúde. Mas esta tem que ser resolutiva porque, desse modo, é capaz de fazer a promoção, educação e prevenção, resolvendo mais de 80% dos problemas de saúde da população. Desse modo, o posto de saúde precisa funcionar com o sentido do “médico de família”, que permite um amplo conhecimento de cada pessoa e cria uma relação de confiança. As consultas têm que ser marcadas e os exames e os especialistas têm que ser agendados pela unidade de saúde. O posto de saúde deve ser responsável pela saúde do povo que mora ao seu redor. Esse será o sentido a ser implementado como prioridade de Governo.

Por outro lado, o maior problema enfrentado pela população é quando surge a necessidade do especialista ou um exame especializado, ou ainda, uma instalação hospitalar. Nesse momento é que surge o trânsito de doentes no Estado. Para romper com isso, temos que seguir mudando a logística da saúde. A concentração de serviços especializados de saúde e hospitais com grande capacidade de resolução em

algumas regiões provocam esta situação. Será necessário descentralizar para as mesoregiões, criando-se uma gestão local, com foco intermunicipal – consórcios intermunicipais – e apoiada em grupos sem fins lucrativos.

Três ações importantes podem ser destacadas, sendo que outras deverão ser detalhadas ao longo da campanha:

1 • Transformam-se os 11 hospitais próprios estatais em "organizações sociais", entidades sem fins lucrativos. Forma-se um corpo funcional celetista contratado da através de processo seletivo público e se estabelecem metas e indicadores a serem alcançados. Avalia-se a produção de serviços, qualidade, uso racional de tecnologia, excessos ou não de uso de meios diagnósticos, gestão do conhecimento, resolutividade, acolhimento e humanização do atendimento e avaliação do "cliente". Estes hospitais serão financiados pelo SUS e contariam com uma gestão profissional e a subordinação a Consórcios Intermunicipais;

2 • Transformam-se os pequenos hospitais em espaços de média complexidade ambulatorial;

3 • Consolidar um novo hospital de referência para o conjunto dos problemas de alta complexidade, capaz de atender a todos os tipos de intervenções de alta gravidade.

b) Segurança Pública.

As ações de segurança pública terão base nos processos preventivos e coercitivos, através da ação direta da polícia, e na valorização dos espaços urbanos e nas áreas de risco social.

No primeiro caso destacam-se:

- 1 • presença dos policiais comunitários, integrados a vida cotidiana das comunidades aonde atuam, com o fortalecimento dos CONSEG`s;
- 2 • ação vigorosa da inteligência policial e da ação intensa na desestruturação do crime organizado, baseada numa polícia equipada e estruturada.

No segundo caso, as ações principais são:

- 1 • sistemas de monitoramento eletrônico de áreas de risco da ação criminosa sobre a população;
- 2 • iluminação de praças e ruas públicas, numa ação conjunta com as Prefeituras, para dificultar a ação criminosa;
- 3 • urbanização das áreas de risco, melhorando a qualidade de vida da população e facilitando o acesso da ação de prevenção policial;
- 4 • fomentar o trabalho com organizações não-governamentais para a introdução de jovens em áreas de risco no mercado de trabalho.

3.8 • Ações emergenciais.

Santa Catarina tem sido acometida por inúmeros desastres naturais, que vem se repetindo continuamente em todas as regiões do Estado. São ciclones, tornados, enchentes, deslizamentos, estiagens prolongadas, para citar os mais freqüentes. Se os cientistas confirmarem o processo de aquecimento global, acrescente-se a esses eventos, o aumento das temperaturas médias, o que provocará profundas mudanças na organização da sociedade catarinense.

Para enfrentamento de toda essa adversidade, são necessários investimentos estruturantes, alguns de longo prazo. Mas ao mesmo tempo em que se promovem esses investimentos, é necessário dotar o Estado de uma capacidade de ação ágil e eficiente. Durante o Governo Luiz Henrique da Silveira se viu um fortalecimento das ações da Defesa Civil e da coordenação dos trabalhos de recuperação dos danos causados pelas catástrofes mais recentes. Foi um trabalho que mobilizou tanto os órgãos públicos como a população de modo geral, particularmente quando ocorreram as intensas chuvas e os consequentes deslizamentos e enchentes ao final de 2008 e as seguidas estiagens no Oeste Catarinense.

Considerando que esses riscos de desastres, infelizmente, poderão continuar presentes na vida de nossa

sociedade, é necessário constituir uma estrutura que proporcione mais agilidade e capacidade de intervenção antes (quando há possibilidade de previsão) e posteriormente aos acontecimentos. Essa estrutura está dentro da **Secretaria de Estado de Emergência**, totalmente estruturada e capacitada para a ação de intervenção no caso desses eventos. Além de trabalhar com as fontes de informação que possam permitir a previsão, terá uma relação direta com as fontes de recursos federais e irá trabalhar articulada com outros órgãos públicos e com organizações não-governamentais de ajuda humanitária.

Essa Secretaria terá uma eficiência capaz de torná-la uma referência nacional de ação na redução dos danos causados às pessoas por eventos da natureza e de reconstrução das condições de vida das pessoas e de suas comunidades. A experiência acumulada da Defesa Civil será utilizada intensamente, mas serão agregadas novas formas de intervenção baseadas em experiências nacionais e internacionais.

3.9 • A gestão ambiental.

A questão ambiental no início deste novo século se impõe como um fator determinante na construção de novos padrões de desenvolvimento. Encontrar o equilíbrio entre as aspirações socioeconômicas da sociedade e a proteção ao meio ambiente é algo que

tende a crescer na preocupação e nas ações de todos, tanto da sociedade organizada como dos governos.

Pelo alto nível de sua população e por ainda possuir um território com importantes áreas preservadas, Santa Catarina pode se constituir num modelo de desenvolvimento econômico compatível com a preservação ambiental. Para isso, os mecanismos de planejamento já mencionados serão instrumentos fundamentais para uma gestão ambiental eficiente.

As prioridades nesse campo, além da construção e aplicação desses instrumentos de gestão são:

a) Preservação das águas, tanto do mar como interiores, através da priorização do saneamento básico, tanto voltado para os dejetos domésticos, como industriais, agrícolas e comerciais. Um importante programa de gestão de águas será implementado, com o objetivo de gerenciar os múltiplos interesses pelo uso das águas e de reduzir os problemas causados pelas prolongadas estiagens, criando sistemas de recuperação dos mananciais de água e dos lençóis freáticos;

b) Forte fiscalização para evitar o desmatamento ilegal e o descumprimento das regras estabelecidas pelas licenças ambientais;

c) Apoio ao crescimento, em parceria com o setor privado, de uma indústria

de reciclagem de forma a promover a redução dos resíduos (ou lixo) com a sua re-incorporação ao processo produtivo. Com isso, reduz-se a contaminação ambiental e cria-se uma economia baseada no aproveitamento dos resíduos;

d) Gestão da ocupação do território catarinense, dando segurança e transparência a toda sociedade catarinense, conforme já apresentado anteriormente.

Outro aspecto importante será no sentido de se evitar as calamidades, tanto nas margens de rios, quando há inundações, como no deslizamento de encostas, principalmente em áreas mais densamente povoadas. Nesse sentido, uma parceria com municípios e Governo federal será essencial. Recuperar as margens de rios, fazendo com que as cidades deixem de “dar as costas” para os rios, tornando-as áreas de especial atenção. Nas áreas de maior risco de deslizamentos, um trabalho preventivo será implementado, tanto com obras de engenharia, quando necessárias, como com ações de recuperação da vegetação.

4 • Demandas prioritárias ao Governo Federal.

O crescimento socioeconômico do Estado requer um equivalente investimento na produção de energia. Para atender a demanda que deverá crescer em 5% ao ano (indústria e domicílios), será necessário um investimento público/privado que aumente a potência instalada em cerca de 40% nos próximos 5 anos. Caso contrário, Santa Catarina vai parar de crescer por falta de energia.

Outras limitações se encontram na falta de infra-estrutura nas áreas de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, escolas técnicas, penitenciárias, equipamentos de segurança pública, e saneamento. A crescente incidência de eventos climáticos – como grandes estiagens no oeste, excesso de chuvas na serra e litoral, o surgimento de inúmeros tornados e ciclones – requer um forte investimento preventivo, além da recuperação dos danos causados, principalmente dos acontecimentos mais recentes, nos anos de 2008 e 2009.

O apoio necessário pode ser organizado em dois grandes grupos de ações:

- a)** Investimentos em logística que afetam tanto o crescimento econômico como a qualidade de vida da população – rodovias, portos, aeroportos, fornecimento de energia;
- b)** Investimentos na qualidade do serviço público diretamente voltado ao atendimento da população – segurança pública, educação técnica, rede hospitalar.

A seguir são apresentados os principais e urgentes investimentos necessários para que o Estado possa avançar mais do que fez nos últimos anos. Parte dessas obras está prevista no Orçamento da União, porém, com recursos insuficientes. Para outra parte, nem mesmo existem recursos previstos. Além disso, quando existentes, sua ineficiente aplicação pelo Governo Federal tem agravado a situação de descaso com o Estado de Santa Catarina.

a) Grande Florianópolis.

- Ampliação da Via Expressa – BR-282 na região de Florianópolis e São José, para reduzir os graves congestionamentos diários no acesso às pontes para a Ilha de Santa Catarina, e melhoria no seu trajeto entre Palhoça e Bom Retiro;
- Construção do novo Aeroporto Internacional em Florianópolis, já que as atuais condições do Aeroporto Hercílio Luz são consideradas como um entrave para o crescimento do turismo no Estado;
- Nova ligação da Ilha de Santa Catarina com o Continente, criando uma nova conexão direta com a BR-101.
- Construção de um hospital de última geração em Florianópolis, e um hospital regional em Biguaçu e Palhoça, além da remodelação e modernização dos hospitais Celso Ramos e Regional de São José.

b) Sul do Estado.

- Conclusão da duplicação da BR-101 – trecho sul, estrada de maior movimentação socioeconômica do Estado, envolvendo trânsito de mercadorias, turismo e principal via de deslocamento de pessoas;
- Pavimentação da BR-285, entre Araranguá e Timbé do Sul, criando uma importante ligação com o Estado do Rio Grande do Sul e Argentina, com forte impacto para o turismo;
- Conclusão do Aeroporto de Jaguaruna, no sul do Estado, para ampliar a capacidade de trânsito aéreo para essa região;
- Dragagem do Porto de Imbituba, favorecendo a ampliação do calado para navios de maior porte, com conseqüente melhoria das exportações.

c) Norte do Estado e Vale do Itajaí.

- Duplicação da BR-280, no trecho São Francisco até o trevo da BR-101, para facilitar o acesso ao porto de milhares de caminhões de conduzem as safras agrícolas e melhorando o acesso para turistas, grande fonte econômica da região;
- Duplicação da BR-470, desde Rio do Sul a Navegantes, facilitando o escoamento da produção agrícola e industrial e a movimentação da população da região e do turismo;
- Dragagem dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul, favorecendo a ampliação do calado para navios de

maior porte, com conseqüente melhoria das exportações.

d) Oeste e Meio Oeste.

- Duplicação da BR-480, na travessia de Chapecó, cuja falta de melhor estrutura prejudica não somente esse município, mas o trânsito de toda a região;
- Ampliação do Aeroporto de Chapecó para melhorar as condições do terminal de passageiros e de segurança para os vôos;
- Lançamento de editais para a construção de novas usinas hidroelétricas – UHE – Saudade (Rio Chapecó), Santo Antônio (Rio Chapecó), Itapiranga (Rio Uruguai) – e pequenas centrais hidroelétricas – PCH – Passos Maia (Rio Chapecó).

e) Planalto Serrano.

- Duplicação da travessia de Lages (BR -282), cuja falta de investimentos prejudica todo o deslocamento por rodovias que ligam o oeste ao litoral do Estado;
- Lançamento de editais para a construção de novas usinas hidrelétricas - UHE - São Roque (Rio Canoas), Garibaldi (Rio Canoas) e Pai Querê (Rio Pelotas), e pequenas centrais hidroelétricas - PCH - Marombas (Rio Canoas) e Canoas (Rio Canoas);
- Atração de empreendimentos econômicos visando à geração de empregos e de oportunidades;
- Conclusão do aeroporto de Correia Pinto.

f) Investimentos federais nas cinco macro-regiões do Estado.

- Construção ou ampliação de hospitais regionais a serem administrados através de organizações sociais para imprimir um modelo de gestão eficiente, sem a perda do interesse público, subordinada a Colegiados de Gestão Regional;
- Construção de Escolas Técnicas em todas as regiões do Estado, para terem a gestão associadas ao Sistema S, numa parceria público-privada, com o objetivo de promover a formação de técnicos para atendimento direto da demanda do mercado de trabalho. Enquanto nos países desenvolvidos a maioria dos jovens recebe qualificação técnica, no Brasil apenas 8% recebem esse investimento, o que provoca uma carência dessa qualificação para as empresas;
- Construção de novas penitenciárias com capacidade para cerca de 20 mil presos, para que haja condições decentes para acomodar os atuais presos e aqueles que não são presos por falta de cumprimento dos mandados de prisão, e investimento em qualificação e armamento da Polícia Civil e Militar.

5 • Linhas de ação para o desenvolvimento setorial.

A economia catarinense tornou-se muito diversificada e, em muitas regiões, o desenvolvimento alcançou grande dinâmica pela estreita relação entre diferentes setores. Por exemplo, a intensa interação entre as famílias agricultoras do Vale do Itajaí com as empresas industriais – principalmente a têxtil – criando-se famílias pluriativas (com atividades em várias áreas econômicas) foi elemento fundamental do desenvolvimento da região.

A partir da década de 1980, o setor de turismo passou a ter também uma importante interação com outras atividades, tanto no litoral, quando em algumas áreas do interior do Estado.

Desse modo, para promover o desenvolvimento do Estado é necessário a visão setorial, mas sem perder de vista sua integração, ou seu potencial de integração, com outras atividades, para estimular um desenvolvimento dinâmico mesmo nas áreas mais deprimidas de Santa Catarina.

a) Agricultura.

A agricultura catarinense, base de estruturação do Estado, vem cada vez mais se aperfeiçoando e se especializando. Para estimular esse processo, é necessário um importante apoio tecnológico que aumente a capacidade competitiva e diferencie os produtos catarinenses no mercado. Para isso, opções como a agricultura orgânica, os produtos com origens

territoriais, e produtos de alta qualidade são caminhos que começam a serem traçados pela agricultura estadual.

Por outro lado, a tecnologia precisa dar resposta aos longos períodos de estiagem que vêm ocorrendo no Oeste, desenvolvendo novas variedades que resistam a esses longos períodos, garantido, dessa forma, os ganhos dos agricultores. Da mesma forma, é necessário o desenvolvimento de variedades de espécies de clima frio – maçã, pêra, pêssego, dentre outras – que necessitem menos tempo de baixas temperaturas para frutificar. Essa necessidade é uma resposta à tendência de redução no número de dias de baixa temperatura que já vem sendo registrado nos últimos 30 anos no Planalto Serrano, e que é apontado pelos cientistas como as mudanças que serão provocadas pelo possível câmbio climático em escala global. Santa Catarina tem que estar preparada, sob pena de ver seu setor agrícola ser totalmente desorganizado.

A adequada convivência da agricultura com o meio ambiente também deve ser alvo desse esforço de desenvolvimento tecnológico. Para todo esse enfrentamento se pretende valorizar as organizações estaduais de ciência e tecnologia voltada para a agricultura, e fortalecer suas parcerias com organizações nacionais, como a EMBRAPA, e com organizações de outros países.

Na relação agricultura – meio ambiente, o pagamento por serviços ambientais deve ser um instrumento de destaque, que precisa ser urgentemente regulamentado, e obtidas as fontes necessárias para suportá-lo adequadamente. Santa Catarina tem uma situação excepcional para produzir esse equilíbrio e, inclusive, valorizar seus produtos agrícolas por conta dessa ação dos agricultores.

Desde o ponto de vista da integração de interesses econômicos com aspectos sociais no espaço rural, o fortalecimento do projeto Microbacias é extremamente importante porque ele tem sido capaz de melhorar a qualidade de vida das famílias e das comunidades rurais, além de promover a estruturação do processo produtivo das famílias de menor renda rural no Estado. O novo contrato já firmado com o Banco Mundial permitirá a continuidade dos trabalhos até agora desenvolvidos que estão mudando o cenário das comunidades de menor renda. Também nesse projeto é fundamental fazer a integração produtiva, melhorar as condições das pequenas propriedades rurais familiares e estabelecer uma harmoniosa convivência com o meio ambiente, o que é favorecido tendo como unidade de gestão a microbacia.

Por fim, continuar o trabalho na busca de abertura de novos mercados para os produtos agrícolas de exportação, uma importante marca de nossa agricultura.

b) Indústria.

A indústria catarinense surgiu internamente do próprio desenvolvimento do Estado que, apoiado no empreendedorismo de seu povo e da competitividade de setores que promoveram o acúmulo de capital, tornou-se bastante dinâmica e ajudou a gerar novas riquezas e empregos. Mais recentemente, a grande disponibilidade de pessoal qualificado e uma infra-estrutura razoável tem atraído investidores externos – nacionais e estrangeiros – desde áreas da indústria mecânica pesada até a indústria da tecnologia da informação. Além disso, essa nova dinâmica industrial tem permitido novos investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico voltado à indústria, tanto em universidades como institutos de pesquisa. Dentre estes empreendimentos destaca-se recentemente o início da atração de entidades para o projeto “Sapiens Parque” na Ilha de Santa Catarina.

Para que se possa continuar nesse processo será necessário fortalecer todo esse sistema de desenvolvimento tecnológico, sob a coordenação da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Santa Catarina – FAPESC e formação de técnicos para atuar nesses novos setores. Nesse sentido, será importante a parceria com o Governo Federal na criação de novas escolas técnicas, como grande opção dos jovens de todas as regiões do Estado.

Outro aspecto importante será a modernização do processo de concessão de licenças ambientais que, de forma eficiente e transparente, dê segurança jurídica aos empreendedores, e a certeza da preservação ambiental para toda a sociedade catarinense.

c) Turismo.

O setor de turismo tem crescido de forma muito desordenada nos últimos 30 anos, trazendo consigo uma ocupação também desordenada do litoral catarinense, provocando importantes danos ambientais, além de grande parte da atividade se encontrar na informalidade.

Para produzir uma nova fase de crescimento do setor, a prioridade absoluta será no sentido de apoiar um turismo de qualidade, centrada em dois atributos fundamentais da sociedade catarinense: (i) o patrimônio natural, que oferece aos catarinenses, brasileiros e estrangeiros, uma diversidade de paisagens e de oportunidades fantástica, conforme foi constatado durante a realização do WTCC, em 2009, que reuniu todo o “trade” turístico internacional em Florianópolis; (ii) o patrimônio sociocultural, diante da diversidade étnica da população que, em combinação com o meio ambiente, podem oferecer grandes atrativos turísticos.

A valorização desses atributos, associado ao estímulo aos investimentos

de qualidade, fortalecerá o turismo sustentável, de qualidade e perene, ou seja, sem a sazonalidade proporcionada pelo turismo de sol e mar. Nesse sentido, uma nova estratégia, que começou a ser desenhada no atual Governo, irá transformar as Unidades de Conservação existentes no Estado (principalmente os Parques e as Áreas de Proteção Ambiental – APA e, em certas circunstâncias, as Reservas), em grandes espaços de preservação e turismo da natureza, em seu conjunto de modalidades (contemplação, esportes, científico, educativo, etc.). Esse projeto criará novas dinâmicas econômicas no entorno dessas áreas de preservação ambiental, à semelhança do que fazem os países desenvolvidos.

Outros atributos regionais serão valorizados, para inserir novos municípios nos roteiros turísticos. Mas todo esforço público e privado somente terá importantes resultados se houver a criação de uma nova cultura turística na sociedade catarinense, apoiada na formação das pessoas envolvidas nessa atividade. Essa formação, à semelhança do que está proposto para o setor industrial, será prioridade para essa nova fase do turismo em Santa Catarina.

d) Cultura.

O Estado de Santa Catarina vem produzindo importantes avanços na área cultural. Uma linha se refere à cultura clássica, com a implementação

de ações que coloquem Santa Catarina no circuito de grandes eventos e tenha escolas capazes de permitir a descoberta de talentos. A atração de escolas que proporcionem oportunidades para o crescimento desse componente cultural é muito importante para o desenvolvimento sociocultural do Estado.

Por outro lado, uma segunda linha deve ser valorizada, e se refere à valorização da cultura local, com toda a sua diversidade espalhada pelo território catarinense. Essa cultura local fortalece as identidades de nossa sociedade, cria oportunidades para que possam ser preservadas e estimuladas e podem ser elementos importantes como atributos turísticos locais.

Nesse sentido, as festas regionais, as manifestações religiosas, os eventos culturais específicos das localidades, devem ser fortemente valorizados. Espaços físicos necessários deverão ser criados em parcerias com os municípios, além de promover a sua divulgação.

6 • Prioridades locais para o desenvolvimento.

Nesse campo serão apresentados os principais temas regionais que necessitam de intervenção do Governo do Estado. O conjunto das prioridades regionais, específicas de cada um dos territórios catarinenses – ainda não apresentadas – está sendo coletado nas reuniões, grupos de trabalho e seminários, além do site. Depois de sistematizadas, em cada período da campanha, elas serão apresentadas gradativamente, a partir da contribuição de técnicos, especialistas e da população em geral.

